TRAMA GOLPISTA

Hora de ouvir as testemunhas

Em 19 de maio e 2 de junho, STF tomará depoimento de 82 pessoas, relacionadas por acusação e defesa, no caso de Bolsonaro e aliados

» LUANA PATRIOLINO

Ação penal que analisa a denúncia de tentativa de golpe de Estado avançou mais uma etapa no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, marcou para 19 de maio e 2 de junho os depoimentos das testemunhas de acusação e de defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro e de sete aliados dele. As oitivas devem ocorrer por meio de videoconferência.

Os nomes foram sugeridos pelas defesas de Bolsonaro e do tenente-coronel Mauro Cid ao STF. Algumas dessas testemunhas também foram indicadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ou por outros envolvidos na mesma ação.

Conforme o cronograma, as testemunhas de acusação serão ouvidas em 19 de maio, a partir das 15h. Já o depoimento das testemunhas de Cid, que fechou acordo de colaboração premiada, será em 22 de maio, às 8h. No dia seguinte, começam a se manifestar as partes de defesas dos demais réus. Ao todo, foram indicadas 82 pessoas. Algumas são comuns a mais de um citado. Caso haja necessidade, as oitivas podem continuar nos dias seguintes.

Em 19 de maio, serão ouvidos o general Freire Gomes e o tenente-brigadeiro Baptista Júnior, ex-comandantes do Exército e da Aeronáutica. Eles eram chefes das Forças quando a minuta do golpe foi elaborada. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), também faz parte dessa remessa — ele foi listado pela defesa do ex-ministro Anderson Torres.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), deve depor em 30 de maio, pela manhã, como testemunha de Bolsonaro. Nessa mesma leva, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, serão ouvidos. Também estão previstos depoimentos do ex-ministro da Saúde e deputado federal (PL-RJ) Eduardo Pazuello e do ex-vice-presidente e atual senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

Parte dos nomes indicados tem prerrogativa de escolher local, dia e horário para depor. No caso desse grupo, que envolve senadores, deputados e outras autoridades, as defesas terão cinco dias para informar se há necessidade de mudar o agendamento.

Outro conjunto de testemunhas é composto de servidores públicos. A lista inclui militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, policiais e procurador, entre outros cargos. Nesses casos, o respectivo superior na função deverá liberar o agente no dia e horário agendados para participar.

Bolsonaro e sete aliados viraram réus no STF, em março, por tentativa de golpe de Estado. Por unanimidade, os ministros reconheceram que a denúncia da PGR possui toda a materialidade necessária para a abertura da ação penal. Ao todo, 34 suspeitos foram denunciados — 21 já se tornaram réus.

Segundo a PGR, Bolsonaro tinha ciência e participação ativa em uma trama golpista para se manter no poder e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além do ex-chefe do Executivo, respondem à ação: Alexandre Ramagem (deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça), Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional), Mauro Cesar Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro), Paulo Sergio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e Walter Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil).

Eles são acusados dos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, envolvimento em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

8 de Janeiro

Ontem, a Primeira Turma do STF condenou mais 42 pessoas por participação nos atos golpistas de 8 de janeiro. Entre elas, está a cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, que pichou "perdeu, mané" na estátua A Justiça.

Para 40 desses golpistas, as penas foram fixadas em 1 ano de detenção, substituída por restrição de direitos, e uma foi condenada a dois anos e cinco meses de prisão. Débora Rodrigues recebeu sentença de 14 anos de prisão, por ser classificada como uma das executoras da invasão e da depredação dos prédios. Segundo o processo, ela confessou participação nos atos golpistas.

Em todas as ações penais, prevaleceu o voto de Moraes, no sentido de que o grupo do qual os réus faziam parte tinha intenção de tentar impedir a posse de Lula. O magistrado destacou a ocorrência de um crime de autoria coletiva em que, a partir de uma ação conjunta, todos contribuíram para o resultado.

Mariana Campos/CB/DA Press

Mariana Campos/CB/DA Press

Mariana Campos/CB/DA Press

Entre as testemunhas, estão os governadores do DF, Ibaneis Rocha, e de São Paulo, Tarcísio de Freitas; e o ex-comandante do Exército Freire Gomes

15

Número de testemunhas do ex-presidente Jair Bolsonaro, entre as quais, o general Freire Gomes, o tenente-brigadeiro Baptista Júnior, ex-comandante da Aeronáutica; e o governador Tarcísio de Freitas

Deputados desafiam STF

A Câmara aprovou, ontem, o projeto que suspende processo penal por tentativa de golpe contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) no Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão também beneficia o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e os outros 32 denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por atos golpistas.

A proposta foi aprovada com amplo apoio dos partidos do Centrão e da oposição. Foram 315 a favor e 143 contra.

Na discussão da proposta, que é um projeto de resolução apresentado pelo PL, tanto a base do governo quanto a oposição deixaram claro que o texto beneficia Bolsonaro e os outros denunciados. Ou seja, a partir da decisão da Câmara, o STF teria de travar a ação penal contra os 34 denunciados por tentativa de golpe.

O Supremo, no entanto, já havia avisado que os deputados não poderiam suspender apuração judicial contra acusados que não são parlamentares. A última palavra deve ser do STF, que já deu indicações de que não vai acatar a decisão dos deputados.

Na tribuna da Câmara, o relator do projeto, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), frisou que a sustação não vai se restringir a Ramagem e também vai alcançar todos os acusados.

"Quem fez uma denúncia colocando todo mundo no mesmo vagão? Ou seja, quem escolheu Ramagem e os outros na mesma denúncia? O Ministério Público. O Ministério Público tinha a oportunidade de, sabendo que ele era deputado, ter o cuidado de fazer uma denúncia em apartado", disse Gaspar.

Quando o processo de resolução foi colocado na pauta, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), disse que a intenção da oposição era livrar Bolsonaro e os outros denunciados dos julgamentos do STF. O parlamentar destacou que a Corte vai derrubar a medida.

"Aprovar isso aqui é levar a Câmara para a irrelevância institucional. Os senhores acham que alguém aqui está dando peitada no Supremo? Isso aqui vai ser totalmente desconsiderado, porque não respeita nenhum fundamento constitucional", sustentou o líder do PT.

Com Bolsonaro, Ramagem foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por envolvimento em tentativa de golpe de Estado e virou réu no caso por decisão da Primeira Turma da Corte em 26 de março.

Tanto Bolsonaro quanto Ramagem são réus pelos crimes de golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa, dano qualificado e deterioração do patrimônio público tombado. Somadas, as penas para esses crimes podem chegar a 43 anos de prisão.

Em ato, Bolsonaro manda recado ao Supremo

» VANILSON OLIVEIRA

O ex-presidente Jair Bolsonaro contrariou recomendações médicas e participou, ontem, de um ato pela anistia aos golpistas do 8 de Janeiro. Ele esteve ao lado da ex-primeira-dama Michelle, de parlamentares da direita e de pastores de diversas congregações evangélicas.

Bolsonaro, que ficou internado por 21 dias após uma cirurgia no intestino, subiu no trio e discursou. Afirmou que cabe exclusivamente ao Congresso decidir sobre a anistia.

"O Parlamento votou, ninguém tem que se meter em nada. Tem que cumprir a vontade da maioria do Parlamento, que representa a vontade da maioria do povo brasileiro", frisou.

Ele alegou não ter obsessão por poder e disse não entender como "alguns" podem praticar maldades e, ainda assim, manter a consciência tranquila. "Se queremos democracia, liberdade, uma pátria melhor para todos, todos somos responsáveis pelo futuro do país. Hoje, nós sabemos quem somos, o que queremos e para onde iremos. Eu sou apenas instrumento. Sou empregado de vocês. Não tenho nenhuma obsessão por poder. Não sei como alguns poderosos, fazendo tanta maldade, conseguem dormir em paz uma noite sequer".

Durante o percurso, parlamentares elogiavam o ministro Luiz Fux, do STF, que divergiu das penas aplicadas pela maioria da Corte no caso da cabeleireira Débora Rodrigues, condenada a 14 anos de prisão. Ao fim da manifestação, o grupo comemorou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, do parecer que suspende a ação contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), um dos acusados da tentativa de golpe.

Estimativa de 4 mil pessoas

O ato reuniu cerca de 4 mil pessoas. A estimativa é do Monitor do Debate Público do Meio Digital, formado por pesquisadores do CEBRAP e da USP, com apoio da ONG More in Common. A contagem foi feita no momento de pico da concentração, próximo à Catedral, às 16h30, a partir de fotos aéreas analisadas com software de inteligência artificial.

Minervion Júnior

Bolsonaro: "Se o Parlamento votou, ninguém tem que se meter em nada"

3 quartos - 1 suíte com elevadores privativos. **Aguarde.**